

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 869, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018

REQUERIMENTO N°, DE 2019 (Do Sr. Orlando Silva)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a Medida Provisória nº 869, de 27 de dezembro de 2018, que altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e dá outras providências.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública para discutir a Medida Provisória nº 869, de 2018, que altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e dá outras providências.

A audiência pública ora proposta terá como pauta o debate: **Competências e Atribuições para uma Política Nacional de Proteção de Dados no Brasil.** Para tanto, solicito que sejam convidadas as seguintes autoridades e/ou especialistas:

- Senhor Felipe Cascaes Sabino Bresciani, Subchefe adjunto executivo da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República;
- Senhora Nathalie Gazzaneo, Gerente de Políticas Públicas e Privacidade do Facebook;
- Professora Laura Schertel, Professora adjunta da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP);
- 4. Senhora **Bruna Martins**, da Organização Coding Rights.

JUSTIFICAÇÃO



Esta audiência objetiva discutir as competências e atribuições da ANPD, quais sejam: zelar pela proteção dos dados pessoais; editar normas e procedimentos sobre o assunto; deliberar sobre a interpretação da Lei Geral de Proteção de Dados; fiscalizar e aplicar sanções em caso de violação das normas de proteção de dados, entre outras funções.

Discutir, ainda, o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade que será responsável por propor diretrizes estratégicas e fornecer subsídios para a elaboração da Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, e para a atuação da ANPD. Serão abordadas também possíveis adequações nas atribuições e fontes de financiamento necessárias para adequado funcionamento de Autoridade Nacional.

Diante do exposto solicito o apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento de audiência pública.

Sala da Comissão, em de março de 2019.

Deputado **ORLANDO SILVA**PCdoB/SP